A DECOLONIZAÇÃO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE NA OBRA O KARAÍBA, DE DANIEL MUNDURUKU

Jonatas Aparecido Guimarães[*]
niltonlimajr13@gmail.com
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)

Resumo: O presente artigo procura analisar a problematização dos processos múltiplos de colonização operada pelo romance *O Karaíba*: uma história do pré-Brasil, de Daniel Munduruku. Para tanto, relacionam-se as discussões sobre literatura infanto-juvenil desenvolvidas por Zilberman (2005) e Ceccantini (2004) aos debates sobre as funções do intelectual e da literatura propostos por Mata (2014), Patrocínio (2010) e Sussekind (1984). Metodologicamente, o artigo se caracteriza por uma abordagem interdisciplinar e comparatista que articula reflexões da teoria e da crítica literárias, da antropologia e dos estudos culturais, o que permite problematizar conceitos como a infância em sua relação com as dimensões da identidade e da alteridade. Como resultados, as análises desenvolvidas apontam que, em confluência com as demandas da emergente família burguesa, a infância se constituiu como uma invenção moderna, sendo que o advento da própria ficção infanto-juvenil teria atuado na produção dessa concepção enquanto uma faixa etária diferenciada. Tais resultados permitem sustentar, então, que o livro em análise propõe um duplo questionamento dos processos coloniais, tensionando as narrativas de colonização nacionais com a consequente aniquilação das etnias e culturas indígenas, ao mesmo tempo em que desloca a concepção moderna de infância. Em suas conclusões, o artigo procura demonstrar o modo como a obra *O Karaíba* coloca em suspensão a literatura infanto-juvenil enquanto uma instituição social, problematizando os lugares da infância e do indígena. Isso implica, portanto, um movimento de contracolonização, invadindo o território letrado do branco adulto, para deslocá-lo e reconfigurá-lo.
Palavras-chave: *O Karaíba*; colonização; indígena; Literatura infanto-juvenil; infância.

1 Introdução

Nos últimos anos, tem-se observado um expressivo crescimento do número de publicações de obras literárias de autoria indígena, com nomes como Ailton Krenak, Davi Kopenawa, Sônia Guajajara, Eliane Potiguara e Daniel Munduruku. Em parte, pode-se dizer que isso se deve ao fortalecimento nos estudos literários, em

[*] Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM). Tem graduação em Letras e mestrado em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e doutorado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais. É líder do grupo de pesquisa A enunciação literária na cena escolar (IFTM). Pesquisa as relações entre o sujeito e a literatura, com ênfase na ligação com a noção de personagem em sua variação histórica na Modernidade.

consonância com uma ambiência geral das ciências humanas, dos debates que colocam em pauta a necessidade de olhares críticos sobre os processos colonizatórios. Trata-se de um campo de estudos complexo, que visa não apenas debater os processos enunciativos de segmentos sociais marginalizados – o que inclui a própria possibilidade de publicação de autores que se incluam nesses grupos –, mas envolve também a renovação de vocabulários e de métodos que possibilitem a problematização de esquemas epistemológicos cristalizados. Questionando o risco de os próprios estudos denominados como pós-coloniais reproduzirem os esquemas de dominação instituídos, Inocência Mata, em seu sonoro texto “Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas”, afirma o imperativo de se questionar os esquemas epistemológicos que naturalizam modos de pensamento eurocêntricos, ou, como prefere chamar, ocidentalocêntricos. Por isso, ela enxerga na literatura comparada um espaço privilegiado para o debate das identidades e das próprias concepções de literatura produzidas em contextos multiculturais:

> É preciso não esquecer que a construção da identidade, mesmo a literária, é o resultado da dialética da tensão entre o *mesmo* e o *outro*. Eis porque cada vez mais a literatura comparada se apresenta como o estudo mais adequado para responder às solicitações da ideologia multicultural [...] (Mata, 2014, p. 39).

Nessas palavras de Inocência Mata, a construção da identidade pressupõe as relações de tensão entre o eu e o outro. Por isso, a literatura comparada se mostra como campo de estudo adequado para responder às solicitações da dinâmica multicultural, uma vez que parte, em sua própria metodologia, do confronto entre alteridades. Mais que isso, o movimento de alterização de si mesma está na base da literatura comparada enquanto disciplina.

Se o texto de Inocência Mata se liga mais ao olhar dos países africanos de língua portuguesa, as edições dos últimos três anos da Abralic viram um número significativo de mesas e de apresentações em que noções de decolonialidade, ecocrítica, antropoceno, alteridade, alterização. A mobilização desse campo conceitual coloca em discussão dimensões múltiplas das identidades, passando por discussões indígenas, afro-descendentes, de gênero, entre tantas outras. Com a heterogeneidade que não poderia deixar de acompanhar a multiplicidade de perspectivas, tais estudos se propõem a colocar entre parênteses determinados modelos civilizatórios humanistas, masculinos e europeus que legitimariam os processos de colonização. Se a efervescência atual desses debates evidencia a

necessidade de colocar em questão os processos vários de colonização da alteridade, pode-se dizer também que apontam para a tarefa ética de se ressignificar a literatura enquanto forma de interpretação da nação e das suas culturas. É possível dizer, assim, que a expansão das publicações de autoria indígena nasce dessa necessidade de se ressignificar o próprio lugar da literatura na sociedade contemporânea.

Então, frente a esse amplo contexto de debates, torna-se possível questionar: a partir do momento em que se ressignifica a própria noção de literatura em razão de princípios éticos contemporâneos, como pensar a concepção de literatura infanto-juvenil? Qual seria o lugar da literatura infanto-juvenil diante da tarefa ética de problematizar os processos vários de colonização? Partindo-se desses questionamentos, este trabalho tem o objetivo de argumentar que a obra *O karaíba: uma história do pré-Brasil*, de Daniel Munduruku, associa o olhar sobre a juventude à problematização do processo de colonização nacional, colocando em xeque a visão do indígena e da criança como o outro do adulto ocidental. Assim, nesse livro, a problematização dos processos colonizatórios implica um olhar outro sobre a literatura, sobre a infância e sobre as culturas de seus povos.

2 Inscrições e deslocamentos: literatura, literatura brasileira e literatura infanto-juvenil

Classificado como um romance infanto-juvenil, *O karaíba* propõe a construção de uma narrativa outra da colonização brasileira, a partir da perspectiva de quatro jovens indígenas de diferentes etnias, sobretudo tupiniquim e tupinambá, que opera um questionamento das narrativas oficiais. Em vez das versões da assim denominada "descoberta", ou de documentos como a *Carta*, de Pero Vaz de Caminha, o livro recua a "uma história do pré-Brasil", como já anuncia o subtítulo, o que aponta para a construção de uma história outra a partir do olhar desses povos. O livro se inicia com o anúncio feito pelo Karaíba, ancião com dons proféticos que tem a liberdade de transitar entre distintos aldeamentos, de que chegariam monstros devoradores de almas vindos de outro lugar, os quais destruiriam a vida como conheciam. Nesse momento, Perna Solta é designado a correr pelas aldeias de seu povo para transmitir a profecia, enquanto se inicia um intrincado processo de peregrinação e de diálogo entre os líderes das diferentes etnias que habitavam a região.

Aqui, a profecia do Karaíba opera uma inversão das imagens bestializadas dos indígenas construídas pelos europeus, sendo que agora estes é que são vistos como figuras monstruosas, selvagens e destruidoras. Suas palavras anunciam que "aquele mundo conhecido por todos acabaria e tudo seria destruído pela passagem de um grande *monstro vindo de outros cantos*", complementando logo a seguir que "*o monstro* virá e destruirá nossa memória e nossos caminhos." (Munduruku, 2018, p. 9, grifos meus). Na realidade, o tensionamento operado pelo romance da desumanização imposta pelas narrativas do colonizador é explicitamente abordado por Munduruku no texto de apresentação que abre o volume:

> O que sabemos é o que os europeus deixaram escrito. Claro que esses textos abordam uma visão eurocêntrica, ou seja, a partir dos princípios e visão – às vezes religiosa – dos europeus. Nessa visão, os indígenas brasileiros eram selvagens, atrasados, desorganizados, canibais e preguiçosos. Enfim, eram povos perdidos no tempo. Nem humanos eram (Munduruku, 2018, p. 5).

Mais que apenas uma contextualização histórica que tem em vista também as condições de produção, essa apresentação se integra ao projeto do livro em um jogo enunciativo em que a voz autoral indígena se afirma enquanto sujeito situado em suas dimensões social, histórica e política. Se Tzvetan Todorov (1999) procura demonstrar como nos relatos de Colombo os povos originários são colocados na condição passiva de objetos integrados à paisagem, em *O Karaíba* os indígenas assumem o lugar de sujeitos, com suas culturas, tradições, hábitos linguísticos e religiosos. Por isso mesmo, a própria alternância do foco narrativo entre Perna Solta, Maraí, Potyra e Periantã, jovens de diferentes povos, assume a função narrativa de trabalhar a heterogeneidade das subjetividades indígenas frente à profecia amedrontadora, sem reduzi-los a um aplainamento objetificador. Consequentemente, *O karaíba* se propõe enquanto uma literatura infanto-juvenil exatamente a partir da proposta de uma reinterpretação do país em sua heterogeneidade de narrativas em confronto, as quais são vistas pela ótica dos jovens inseridos em suas tradições culturais.

Por esse caminho, torna-se possível questionar como essa obra se insere na tradição da literatura infanto-juvenil brasileira. A esse respeito, cabe, antes de tudo, relembrar que a literatura infanto-juvenil já nasceu a partir da proposta de interpretação do Brasil. Regina Zilberman, no livro *Como e por que ler a literatura infantil brasileira*, chama a atenção para a o conjunto de publicações do Sítio do Pica Pau Amarelo, de Monteiro Lobato, que seria uma metonímia do Brasil. Dona Benta

representaria o político moderno liberal e democrata idealizado por Lobato – não por acaso ela tem o mesmo sobrenome do autor, José Bento –, ouvindo e acolhendo opiniões divergentes. E o sítio seria o lugar onde se manifesta a diversidade cultural brasileira, aspecto pelo qual os seus textos são ainda hoje uma referência, inclusive na produção televisiva, quando se trata da abordagem de elementos da cultura popular. Em outras palavras, a ficção infanto-juvenil brasileira já seria marcada pelo traço multicultural desde seus primeiros passos, uma vez que apelava para narrativas da tradição "confiando em que as crianças gostariam de encontrar nos livros histórias parecidas àquelas que mães, amas-de-leite, escravas e ex-escravas contavam em voz alta, desde quando elas eram bem pequenas. [...]" (Zilberman, 2005, p. 15). Como ressalta Zilberman referindo-se a *Histórias de Alexandre*, de Graciliano Ramos, "o folclore foi, desde o começo da literatura infantil brasileira, um dos tesouros de que os escritores se socorreram, quando queriam produzir textos capazes de atrair o novo público." (Zilberman, 2005, p. 40). Conforme ainda destaca a autora, esse apelo à tradição popular não seria uma invenção brasileira, uma vez que se trata de um recurso adotado na literatura infanto-juvenil europeia por nomes como Charles Perrault, Jacob e Grimm. Por isso, esse segmento da produção ficcional brasileira ganha forma em um momento no qual se buscava criar uma tradição ainda inexistente no país, de maneira que seus primeiros escritores, entre os quais se inclui Lobato, empregaram estratégia semelhante ao já observado nos autores Europeus. Zilberman enxerga no aparecimento dos primeiros livros para crianças a resposta a um contexto que, acabando de sair do regime monárquico, rejeita o imobilismo, e vê o crescimento populacional com as variedades culturais e étnicas se exprimindo:

> No Brasil do final do século XIX, a monarquia cheirava a imobilismo, e o país estava progredindo, a população aumentando, as variedades culturais e étnicas se exprimindo. [...] A grande diferença situava-se na nova conformação da sociedade, marcada pela ascensão de uma classe média urbana, desejosa de ver suas reivindicações serem atendidas: maior liberdade política, melhores negócios, dinheiro mais acessível, novas oportunidades para educação. Essa classe média responsabiliza-se doravante pelas mudanças ocorridas no país, e em nome dela revoluções, avanços e retrocessos acontecem (Zilberman, 2005, p. 15).

Frente a isso, seria possível afirmar que, em um cenário de intensificação das discussões sobre a alteridade e sobre os povos marginalizados, a proposta de reinterpretação do Brasil a partir das tradições culturais em *O karaíba* se aproxima da missão assumida pela literatura infanto-juvenil brasileira já em suas origens. Ou seja,

não se trataria de falar em literatura infanto-juvenil indígena, mas de literatura infanto-juvenil.

Mas, se essas observações permitem estabelecer pontos de contato entre a produção de Daniel Munduruku e a tradição já existente desse segmento, é necessário cautela para que elas não escamoteiem outra questão. Afinal, reconhecidas possíveis aproximações, quais seriam as diferenças e especificidades enunciativas das obras infanto-juvenis de autoria indígena? Paulo Roberto Tonani do Patrocínio, no ensaio “A voz da periferia e a função do intelectual”, retoma as discussões de Gayatri Spivak no livro *Pode o subalterno falar?*, quando questiona a função do intelectual moderno enquanto aquele que representaria a voz dos oprimidos, conduzindo as massas em direção ao progresso. Mas esse mesmo intelectual, ao falar pelos marginalizados, terminaria por silenciá-los. Logo, uma das tarefas do intelectual seria questionar seus próprios métodos e privilégios institucionais que favorecem a manutenção da posição do subalterno como objeto, ou seja, silenciado. Após apresentar as considerações de Spivak, Tonani do Patrocínio acrescenta um novo questionamento:

> e se os sujeitos marginalizados, alocados em seus espaços periféricos de origem, começam a falar por si mesmo – sem a interferência paternalista dos intelectuais – e sejam ouvidos, preferencialmente, por seus pares, criando, assim, um campo discursivo e cultural próprio, ainda é possível apontar para a impossibilidade de fala destes marginalizados? As incontáveis investidas de autores marginalizados no campo literário brasileiro têm apresentado uma nova dimensão a esta questão, trilhando um percurso, aparentemente, inovador. Além de falarem, estes autores marginalizados desejam também exercer a função que tradicionalmente era desempenhada por intelectuais: ser porta-voz e orientadores das massas (Patrocínio, 2010, p. 2).

Visto em perspectiva histórica, ao se apropriar de elementos das tradições inclusive indígenas, o intelectual moderno Monteiro Lobato não silenciaria esses segmentos? Em um momento em que se transcorreram os cem anos da Semana de Arte Moderna, esse foi um dos tipos de questionamento que revisionismo crítico fez ao Modernismo paulista. Independentemente das polêmicas em que tais questionamentos possam se desdobrar, eles demonstram o campo de reivindicações dos segmentos historicamente marginalizados ao advogar a importância de se assumir como autor de sua própria história, evitando o risco de um aplainamento cultural que, em nome da diversidade, terminaria por apagar as diferenças. É nesse sentido que Daniel Munduruku, em entrevista intitulada “Índio é invenção total, folclore

puro” (2014), afirma que toda escrita indígena é sempre de memória, justamente a partir do momento em que estes se assumem como sujeitos de sua cultura, nomeando seus povos, descrevendo os lugares onde vivem, suas religiosidades, aspectos econômicos e materiais. Ou seja, escrevendo como um outro para um outro, implica reconhecer a heterogeneidade característica dos diferentes povos sem acachapá-los na categoria monolítica de índios.

3 A instituição familiar, a infância e o indígena: desdobramentos do outro na Modernidade

Seguindo por esse caminho, entre as diferenças em relação às tradições da literatura infanto-juvenil, torna-se possível mencionar a própria criação da categoria da infância. No texto “Literatura infanto-juvenil: a narrativa”, João Luis Ceccantini comenta as análises de Regina Zilberman e Marisa Lajolo, quando afirmam que a infância é uma invenção moderna. Nesse escopo de análise, a concepção da faixa etária diferenciada com interesses e demandas próprias da infância e da juventude só acontecem em meio à Idade Moderna, em paralelo com a emergência da família burguesa. Conforme destaca o autor, anteriormente à constituição desse modelo familiar burguês, “inexistia uma consideração especial para com a infância. Esta faixa etária não era percebida como um tempo diferente, nem o mundo da criança como um espaço separado. Pequenos e grandes compartilhavam dos mesmos eventos, porém nenhum laço amoroso especial os aproximava” (Ceccantini, 2004, p. 129). Acontece que ali se abandonava um conjunto mais amplo de relações de parentesco, para que essa nova constituição familiar estivesse centrada em um núcleo unicelular, preocupado em manter sua privacidade. A partir do momento em que a infância e juventude ganham um estatuto diferenciado, surgem novos meios de controle e de manipulação das emoções de jovens e de crianças, sendo que “literatura infantil e escola, inventada a primeira e reformada a segunda, são convocadas para cumprir esta missão” (Ceccantini, 2004, p. 129). Em tudo isso, o que Ceccantini mostra é que a literatura não está isenta dos processos que impõem o poder dos adultos sobre a criança.

Ainda comentando Zilberman, o autor afirma que ela desenvolveu uma tipologia dividida em três categorias distintas, com o objetivo de se avaliar a relação entre adultos e crianças na e pela literatura. Ou seja, trata-se de analisar a representação

das relações entre adulto e criança nas narrativas infanto-juvenis sem perder de vista o contexto histórico que tem como horizonte a unidade social da família. Ceccantini observa que, para criar seu modelo:

> a autora fundamenta-se nos estreitos vínculos que também ligam essa instituição social à própria gênese da literatura infantil. Como a autora reitera em diversos textos, não se pode ignorar que o aparecimento da literatura infantil decorre da ascensão da família burguesa e do novo status concedido à infância, gradativamente, sobretudo a partir do século 18 (Ceccantini, 2004, p. 129).

Seguindo esse caminho analítico, o primeiro modelo proposto por Zilberman, o "eufórico", seria aquele que privilegia de modo mais acentuado a existência doméstica, logo a instituição familiar. Nele, prevaleceria uma visão adultocêntrica que rejeitaria experiências exteriores ao seio familiar, sendo que os personagens que ousam sair do universo familiar geralmente são frustrados e voltam arrependidos de sua atitude. Não seria por outra razão que os personagens adultos, em sua maior parte identificados como os progenitores, são dotados de razão e, consequentemente, de poder. Os propósitos moralizantes desse tipo de narrativa reafirmariam os papéis sociais de cada membro no corpo familiar, de maneira que a tranquilidade caseira e pequeno burguesa se afirma como superior à realidade externa.

O modelo emancipatório, por outro lado, seria aquele que recusa a intermediação dos pais na experiência dos personagens, valorizando a autonomia dos jovens e crianças. Estes assumiriam, dessa forma, o papel de agentes, de maneira que os heróis que partem em viagens geralmente passam por situações de aprendizagem e de crescimento para além do núcleo familiar estrito.

Não se trata, então, apenas de pensar que Monteiro Lobato colocaria em pauta seus projetos de modernização liberal do país a partir da literatura infanto-juvenil. Em lugar disso, pode-se visualizar a literatura infanto-juvenil como uma instituição que ganhou forma no contexto da Modernidade, respondendo, criticamente ou não, às suas demandas. Consequentemente, torna-se possível afirmar que a literatura infanto-juvenil teria atuado na formação e consolidação da família burguesa e, com ela, determinado o lugar reservado às crianças nesse modelo social, incluindo-se aí as relações de poder entre adultos e não-adultos. Entre os diversos processos colonizatórios hoje profusamente apontados nos estudos literários, a própria criação moderna da categoria da infância poderia ser vista como uma das formas de colonização, sendo que a instituição da literatura infanto-juvenil, no primeiro modelo

teórico criado por Zilberman, atuaria para esse processo. Agora, já se tornaria possível afirmar que, nas respostas às políticas coloniais amplamente debatidas, seria necessário colocar em pauta também o gesto de descolonizar a infância. É nesse sentido que a crítica literária hoje assume o papel ético de analisar o modo como a produção ficcional infanto-juvenil tensiona as políticas e os processos de dominação.

Porém, a leitura de *O karaíba* nos exige ir mais adiante, afinal ele permite questionar a própria noção de infância associada ao modelo familiar burguês. Os quatro jovens que assumem o lugar de narradores não estão ligados à estrutura familiar unicelular centrada nas figuras de pai e mãe, mas, nos conflitos e anseios que surgem em decorrência da profecia do Karaíba, eles se encontram inscritos na ordem comunitária de suas aldeias e, de modo mais amplo, em relação à cultura de seus povos. Ou seja, trata-se da própria concepção de coletividade característica de sociedades tradicionais pautadas na ancestralidade, em que todos têm a responsabilidade pela criação dos mais novos e estes prestam respeito aos mais velhos como um grupo. Eduardo Viveiros de Castro, em seu *A inconstância da alma selvagem*, aponta para o aspecto coletivo das relações familiares dos Yawalapíti, afirmando que que "define laços intercorporais entre parentes, exprimindo uma continuidade essencial dentro da comunidade de substância. [...] prática do *tiñökö* parece decorrer da ideia de que os indivíduos são fabricados por um coletivo" (Castro, 2023, p. 54). Naturalmente, ao evocar as palavras do intelectual brasileiro, é necessário cuidado para não promover um aplainamento dos múltiplos povos indígenas, como se suas relações familiares fossem necessariamente homólogas às concepções Yawalapíti. Trata-se de grupos heterogêneos que, conforme afirmado pelo próprio Daniel Munduruku, precisam ser observados em sua singularidade identitária e cultural. Por outro lado, as palavras de Viveiros de Castro no contexto das reflexões aqui propostas atendem ao propósito de argumentar como as cosmovisões indígenas estão ligadas a organizações familiares outras, diferenciando-se do modelo instituído no contexto ocidental moderno. Por isso, em vez das relações pautadas pela visão de mundo e pelas crenças do adulto que ocupa o lugar de chefe de uma instituição atomizada de que ele é o núcleo, em *O Karaíba* a comunidade é construída pela lógica das tradições ancestrais que remontam a tempos imemoriais. É isso o que pensa Perna Solta quando imagina "em sua cabeça juvenil como havia sido a vida de seus primeiros pais e seu duro e longo caminho até chegar ali" (Munduruku, 2018, p. 16). Nesse caso, a palavra "pais" denota toda a cadeia ancestral que teria precedido

Perna Solta, até chegar ao momento presente. Com isso, a narrativa promove um deslocamento dos laços de parentesco marcados pela coexistência imediata, apontando para a convivência com as narrativas desses pais do passado, com ancestrais que renascem como animais, vegetais ou que se manifestam como espíritos.

Isso não significa que a obra seja construída por uma perspectiva idealizada, ou pela simples dicotomia em relação aos europeus. Os mais velhos recontam de geração em geração as narrativas de como seus povos teriam se dividido, de forma que um grupo de ancestrais teria descido para o sul e outro permanecido mais ao norte. Assim, a valorização dos saberes ancestrais tem tanto o objetivo de indicar os caminhos a serem seguidos, como de também alertar para o risco da corrupção:

> os ancestrais que ficaram mais ao norte se multiplicaram e foram inventando instrumentos para conquistar a natureza. Eles foram se distanciando cada vez mais do espírito de nossos antepassados e decidiram fabricar armas perigosas para dominar as pessoas e escravizá-las (Munduruku, 2018, p. 17).

Importa notar como essa mesma narrativa que problematiza os discursos do colonizador europeu também aponta para práticas de dominação e de escravização no próprio contexto indígena desse pré-Brasil. Ainda que essas passagens tenham um claro teor pedagógico, elas sinalizam o projeto de uma literatura que procura pensar uma relação fraturada com os antepassados. Ou seja, assim como a família ocidental é uma instituição social marcada por profundos paradoxos e pelas relações de poder que lhes são inerentes, a obra de Daniel Munduruku marca uma relação igualmente conflituosa com os ancestrais com as quais convivem os jovens indígenas. Assumir-se como sujeito de sua cultura não é o equivalente a idealizá-la. Exige, para além de quaisquer simplificações, pensar em suas relações sociais, políticas, religiosas em toda a sua complexidade, que é constitutivamente outra em relação aos padrões ocidentais. E aí se incluem as próprias concepções de família e de infância.

Por conseguinte, *O karaíba* coloca em cena uma organização social em que não há uma divisão clara entre os lugares designados a adultos e não-adultos, de maneira que os quatro jovens têm papéis centrais na narrativa após a profecia. Integrados à comunidade, esses jovens não são vistos como seres passivos que deveriam ser tutelados de acordo com os valores dos adultos, mas todos eles ocupam lugares ativos na perpetuação das tradições de seus povos. Ainda que os mais velhos sejam responsáveis por narrar as histórias antigas aos mais novos, estes também

estão intimamente ligados aos ancestrais, recebendo, em muitos momentos, mensagens diretas de seus espíritos. Em um momento em que Maraí ainda "habitava o mundo dos sonhos" um velho sábio de sua aldeia explica a todos que as verdades eram reveladas por meio das narrativas orais e dos sonhos. Por essa razão, eles incentivavam suas crianças a contarem seus sonhos quando acordam:

> O mundo em que nos movemos não é único. Há o mundo dos sonhos para o qual sempre nos deslocamos quando dormimos. Lá, nos encontramos com os parentes que o habitam. Eles nos falam das coisas que acontecerão no nosso caminho. [...] É por isso que incentivamos nossas crianças a contarem seus sonhos quando acordam pela manhã. Fazemos isso porque, às vezes, as mensagens para a comunidade podem ser passadas pelas vozes das crianças (Munduruku, 2018, p. 56-57).

Nessa passagem as crianças assumem a função social explícita de perpetuar as tradições de sua comunidade. Elas não são apenas objetos passivos de estruturas e de processos sociais, mas devem ser vistas como ativas na construção das organizações e relações sociais a que se integram, atuando na manutenção, transformação e atualização de tradições e costumes. O que está em questão, no caso de *O Karaíba*, é um deslocamento da ótica da burguesia e da concepção de família dela decorrente. É um deslocamento, portanto, da própria concepção ocidental de família, a partir das tradições indígenas diversas.

4 Literatura infanto-juvenil, essa instituição que se alteriza

Na argumentação desenvolvida até o momento, observamos como a produção ficcional infanto-juvenil indígena se insere na cena literária brasileira, promovendo, ao mesmo tempo, um deslocamento de seus lugares instituídos. Por esse caminho, torna-se possível afirmar que *O Karaíba* opera um duplo questionamento dos processos coloniais, ao se contrapor às narrativas da colonização do país, ao mesmo tempo em que institui uma literatura infanto-juvenil por um deslocamento da concepção ocidental moderna de infância. Ao falar sobre a possibilidade de transmissão das mensagens pela voz das crianças, está em pauta a função pedagógica que o domínio simbólico – incluindo-se aí a própria literatura – tem na transmissão dos saberes através das gerações. Ora, o que assumiria a obra *O karaíba* se não essa função pedagógica de uma literatura infanto-juvenil que possibilita o reconhecimento do outro, inclusive com outros modelos familiares e outras visões sobre as crianças? Para além desse romance infanto-juvenil em específico, tal projeto

ético parece ser um traço comum a toda a produção ficcional de Daniel Munduruku. Parece ser nesse sentido que, no livro infantil *Kaba Darebu* (2002), a voz narrativa afirma o valor pedagógico das narrativas orais no estabelecimento do vínculo com as tradições da coletividade:

> Nós gostamos de ser o que somos porque somos parte de um povo e temos orgulho de nossa gente, da nossa história, de nossos antepassados. E queremos contar aos nossos filhos tudo o que aprendemos, e queremos que eles contem para seus filhos e para os filhos de seus filhos. Só assim continuaremos vivos... e livres... (Munduruku, 2002, 22-23).

Haveria, nessa passagem, a visão adultocêntrica das tipologias designadas por Zilberman, quando a voz narrativa aponta para a tarefa de se transmitir os saberes para os filhos? Mais que uma centralização na figura do adulto, seria possível apontar a valorização do saber dos mais velhos enquanto uma forma de integração com as tradições ancestrais. Não se trata, então, da estrutura atomizada da família ocidental, centrada na hierarquia doméstica dos indivíduos recolhidos em seus lares. Entre as tipologias de que fala Zilberman e a literatura de autoria indígena contemporânea, observam-se projetos literários distintos, os quais, naturalmente, estão ligados a diferentes elementos de ordem social, política e cultural.

Dessa maneira, *O Karaíba*, assim como o domínio simbólico do sonho e das narrativas orais, afirma-se como uma luta pela memória, que recua ao momento de um “pré-Brasil” para narrar versões que não se encontram nos documentos oficiais. Assim como chamava a atenção para as versões bestializadas dos indígenas nas narrativas colonizatórias, já no primeiro parágrafo da Apresentação do livro em análise Daniel Munduruku sublinha o papel da ficcionalidade na construção das memórias de seu povo:

> Esta é uma história de ficção. Não aconteceu de verdade, mas poderia ter acontecido. Isso porque o que narro aqui são acontecimentos que antecederam a chegada dos portugueses em terras brasileiras. Não existem, portanto, registros escritos do que havia antes a não ser as inscrições das cavernas, que nos obrigam a um exercício de imaginação e pesquisa se desejarmos remontar um pouco do que de fato aconteceu (Munduruku, 2018, p. 5).

Frente à destruição de documentos oficiais, é a ficção legitimada no discurso literário que permite dizer a realidade, assim como o domínio simbólico do sonho. Ou, em mais uma das esferas do domínio simbólico, parece ser essa verdade a que se alude quando, entre os diversos registros que o romance agrega, o avô de Potyra fala

sobre as lendas: “Lendas são histórias criadas para contar verdades que nossas cabeças não conseguem alcançar.” (Munduruku, 2018, p. 62). Como poderia a literatura elaborar o trauma histórico dos povos indígenas aniquilados sem vestígios, sem testemunhos, sem registros, frente à ausência de documentos oficiais? Como elaborar o trauma histórico do silêncio? É nesse sentido que se ressalta o lugar do trabalho ficcional frente aos que não podem testemunhar seus traumas. Não basta tensionar os discursos oficiais, é necessário que a ficção, enquanto ficção, tencione também os silêncios oficiais.

Há aí um projeto de resistência à colonização possibilitado pela literatura: associando as narrativas orais, as lendas, os sonhos e a escrita do romance, há uma invasão, uma contracolonização, do território do branco e do adulto, instituído em um terreno igualmente moderno, que é o território da escrita. Não seria, então, o território da cultura letrada e, portanto, da própria literatura um dos espaços privilegiados para afirmação dos discursos colonizatórios? *O Karaíba* se insere, então, na tradição da literatura infanto-juvenil brasileira (e por que não no espaço ocidental de toda a literatura) para deslocá-la.

Interessa lembrar, a esse respeito, que a profecia do Karaíba previu também o nascimento de um filho da tupiniquim Potyra e do tupinambá Periantã, sendo que essa criança nomeada como Cunhambebe seria a responsável por unir os diferentes povos. Enquanto, conforme mencionado anteriormente, a história indígena também seria marcada pela fratura, tal profecia parece indicar superação idealizada dos conflitos por meio da unificação. Assim, da futura união entre Potyra e Periantã iria “nascer o guerreiro que uniria diferentes povos na proteção da memória ancestral.” (Munduruku, 2018, p. 63). Há aí um recurso já usado por José de Alencar em *Iracema*, em que Moacir, o filho mestiço da personagem-título e de Martim, é visto como aquele que unirá os povos em um só coração, em torno de um Deus verdadeiro. Na obra do século XIX assim como na do século XXI, trata-se de crianças nascidas a partir da união de pais que pertenciam a povos diferentes.

Contudo, importa refletir um pouco mais detidamente nas diferenças entre essas perspectivas unificadoras, com o objetivo de observar como a obra contemporânea desloca o projeto presente no contexto oitocentista. No livro de José de Alencar, a formação do povo brasileiro a partir da miscigenação se marca por um duplo sacrifício, o do povo indígena e da natureza: a virgem Iracema – que não por acaso é anagrama de América – é descrita de forma profundamente integrada à

natureza ainda intocada. Com o sacrifício da mãe, o pai retorna para Portugal levando o filho Moacir, o que marca o nascimento desse povo miscigenado a partir do contato com cultura cristã dita civilizada. Ou seja, a obra de Alencar é caracterizada por uma postura ambígua, em que, apesar de se problematizar o processo violento da colonização brasileira, a possibilidade de unificação é concebida a partir da condução do outro pela assim denominada civilização branca europeia. Flora Sussekind, referindo-se a essa passagem de *Iracema*, afirma que o romance brasileiro já nasce sob o signo da descontinuidade:

> O romance brasileiro já nasce sob o signo da descontinuidade, da falta e da culpa. [...] Da *terra mater*, da cultura indígena em agonia não lhe vem alimento. Os seios enfraquecidos da América não calam a fome dos que dela nascem. E, morta a mãe, o filho é levado para a Europa, condenado a ver a própria terra de longe, com um olhar aculturado e semelhante ao do pai estrangeiro (Sussekind, 1984, p. 196).

Isso significa que o romance *Iracema* constrói a narrativa de fundação de uma nação pela perspectiva da unificação do povo, com a prevalência do elemento civilizado que conduziria os ditos selvagens.

A partir da aproximação aqui sugerida com o romance *Iracema,* é forçoso reconhecer que *O Karaíba*, ao se insinuar pelo território da escrita, com o *status* social conferido às publicações impressas mediadas pelo mercado editorial, procura reconfigurar os projetos instituídos pela tradição literária brasileira. No exercício de literatura comparada que essas palavras exigem, trata-se de repensar não apenas a importação da forma do romance no contexto cultural brasileiro, mas também a reapropriação em diferença, no cerne das tradições literárias nacionais, operada pela literatura infanto-juvenil indígena. Se esse processo em alguma medida evoca a metáfora da antropofagia nos termos propostos por Oswald de Andrade, agora importa pensar esse processo de devoração do outro tendo em vista a própria autoria indígena. Questionado por que identifica seus livros como literatura indígena e não apenas como literatura, Daniel Munduruku responde que, caso não usasse essa identificação, possivelmente o iriam “comparar a José de Alencar. Não quero isso. Porque a literatura indigenista que ele escreveu detonou com a gente. Tem muitos livros de bons escritores que dizem bobagens sobre os indígenas. Não é culpa deles. É o estereótipo que aprenderam e reproduzem” (Munduruku, 2014, s/p). Naturalmente, a literatura de José de Alencar se situa em um momento histórico distinto com o projeto de consolidação da identidade nacional e com a afirmação do

romance brasileiro enquanto produto cultural privilegiado para se pensar o país. Devido ao baixo letramento da população de um Brasil que apenas recentemente assumira o *status* de independente, seu sistema literário ainda se encontrava em processo consolidação. É na precariedade desse cenário que foi produzido o romance *Iracema*, tendo como público-alvo uma elite branca e conservadora – segmento ideológico e social ao qual se integrava o próprio Alencar –, razão pela qual essa obra responde a um conjunto de possibilidades histórica e politicamente situados. Até mesmo por se inscrever em um momento histórico distinto, *O Karaíba* responde a um cenário político outro, com um público leitor muito mais amplo e heterogêneo. Isto é, o contexto de produção desse livro infanto-juvenil contemporâneo em que o leitor outro, em toda sua heterogeneidade, também se torna público-alvo da produção literária. de maneira que o seu teor pedagógico encontra no público infanto-juvenil, seja ele indígena ou não, a possibilidade ética de perpetuar suas tradições.

4 Considerações finais

No contexto dos debates contemporâneos, torna-se possível afirmar que o romance *O Karaíba* opera uma problematização dos processos históricos de colonização indígena e da própria infância. Nesse caminho, reconhecendo-se que a categoria da infância foi produzida historicamente com a emergência do projeto moderno e ocidental da família burguesa, essa produção ficcional desloca tanto a compreensão da instituição social familiar, quanto a própria noção da infância, colocando em pauta perspectivas indígenas da ancestralidade. Por isso, tensiona não apenas a literatura-infanto-juvenil, como também a própria literatura brasileira, ressignificando conhecidos projetos de interpretação da nação a partir da contracolonização do território da escrita compreendido como espaço de afirmação do homem branco.

Consequentemente, ainda que na obra de Daniel Munduruku seja possível visualizar uma perspectiva próxima à visão unificadora da nação como a presente em *Iracema*, não deixa de haver um deslocamento ao excluir o elemento branco da equação. Trata-se de um gesto de assumir os povos indígenas, em sua heterogeneidade, como o outro do branco, o que pressupõe a necessidade da união frente à possibilidade de aniquilação. Não é por acaso que essa obra infanto-juvenil seja colocada sob perspectiva da reinterpretação da nação. Logo, pode-se pensar que

a literatura infanto-juvenil, ao problematizar os processos de colonização, pressupõe pensar o outro: mas esse outro pode ser tanto o indígena, quanto a própria criança, vista em uma relação subalterna de poder na cultura ocidental. Trata-se de uma literatura que procura repensar esses outros do adulto branco ocidental.

THE DECOLONIZATION OF CHILDHOOD AND YOUTH IN THE NOVEL O KARAÍBA*, BY DANIEL MUNDURUKU*

Abstract: This article seeks to analyze the problematization of the multiple processes of colonization operated by the novel *O Karaíba*: uma história do pré-Brasil, by Daniel Munduruku. To this end, it relates the discussions on children's and young adult literature developed by Zilberman (2005) and Ceccantini (2004) to the debates on the functions of the intellectual and literature proposed by Mata (2014), Patrocínio (2010), and Sussekind (1984). Methodologically, the article adopts an interdisciplinary and comparative approach that brings together reflections from literary theory and criticism, anthropology, and cultural studies, allowing for the problematization of concepts such as childhood in its relationship with the dimensions of identity and alterity. The results of the analysis indicate that, in confluence with the demands of the emerging bourgeois family, childhood was constituted as a modern invention, and that the advent of children's and young adult fiction itself would have contributed to the production of this conception of childhood as a distinct age group. These findings thus support the argument that the book under analysis proposes a double questioning of colonial processes, challenging national narratives of colonization and the consequent annihilation of indigenous ethnicities and cultures, while simultaneously displacing the modern conception of childhood. In its conclusions, the article seeks to demonstrate how *O Karaíba* calls into question children's and young adult literature as a social institution, problematizing the positions occupied by childhood and indigenous peoples. This therefore implies a movement of counter-colonization, invading the literate territory of white adults in order to displace and reconfigure it.
Keywords: *O Karaíba*; colonization; indigenous; children's and young adult literature; childhood.

Referências

ALENCAR, José de. *Iracema*. São Paulo: ViaLeitura, 2016.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Ubu, 2023.

CECCANTINI, João Luis. Literatura infanto-juvenil: a narrativa. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40360/3/01d17t09.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2024.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas. *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 27-42, jan.-abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/jxc4QhSqpW7xtDBWRPwczkj/>. Acesso em: 26 abr. 2024.

http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0

MUNDURUKU, Daniel. Índio é invenção total, folclore puro. In: *Geledés,* 27 dez. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/daniel-munduruku-indio-e-invencao-total-folclore-puro>. Acesso em: 26 abr. 2024.

MUNDURUKU, Daniel. *Kabá Darebu*. São Paulo: Brinquebook, 2002.

MUNDURUKU, Daniel. *O Karaíba.* São Paulo: Melhoramentos, 2018.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. *A voz da periferia e a função do intelectual*. Disponível em: <https://www.academia.edu/10421105/A_voz_da_periferia_e_a_fun%C3%A7%C3%A3o_do_intelectual?sm=b>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar*? Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

SUSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*: q questão do Outro. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: 1999.

ZILBERMAN, Regina. *Como e por que ler a literatura infantil brasileira.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

Recebido em 15/03/2025

Aceito em 28/10/2026

Publicado em 29/10/2026